

- de 30 000\$ a 90 000\$ para pessoas singulares e de 90 000\$ a 300 000\$ para pessoas colectivas;
- b) O funcionamento fora do horário estabelecido, o qual é punido com coima de 50 000\$ a 750 000\$ para pessoas singulares e de 500 000\$ a 5 000 000\$ para pessoas colectivas.

2 — A aplicação das coimas a que se refere o número anterior compete ao presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, revertendo as receitas provenientes da sua aplicação para a respectiva Câmara Municipal.

3 — Quando a gravidade da situação o justifique, ou no caso de ocorrer a reiteração da contra-ordenação, haverá lugar a aplicação da sanção acessória de encerramento do estabelecimento, reservando-se a Câmara Municipal o direito de comunicar a situação às entidades que têm competência na matéria.

11.º

Fiscalização

A fiscalização deste Regulamento caberá à Câmara Municipal com a colaboração da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e dos Agentes de Actividades Económicas.

12.º

Norma revogatória

O presente Regulamento revoga todas as disposições regulamentares anteriores sobre a matéria.

13.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

ANEXO I

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

(1) _____, (2) _____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____, emitido em ____/____/____, pelo arquivo de _____, contribuinte n.º _____, residente _____, freguesia de _____, proprietário ou (3) _____, do estabelecimento comercial denominado _____, com a actividade de _____, constituído em regime de propriedade horizontal, fracção _____ (4), sito na rua _____, freguesia de _____, no Município de Santa Maria da Feira, estando interessado em praticar o horário infra indicado, requer a V.Ex.a., nos termos do artigo 3º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Santa Maria da Feira, a passagem do respectivo horário de funcionamento.

Observações: _____

Abertura:.....às _____ horas
Encerramento:.....às _____ horas
Interrupção:.....das _____ horas às _____ horas
Descanso semanal:.....

Pede Deferimento,

Santa Maria da Feira, _____ de _____ de _____

(5) _____

Despacho : _____ _____ _____ Santa Maria da Feira, ____/____/____ _____

- (1) Nome
 (2) Estado civil
 (3) Qualidade do requerente, se este não for o proprietário
 (4) Preencher no caso do estabelecimento estar localizado em prédio constituído em propriedade horizontal
 (5) Assinatura do requerente

ANEXO II

Mapa de horário

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO	
Nome _____	
Morada _____	
Actividade _____	
Abertura às _____ horas	
Encerramento às _____ horas	
Interrupção das _____ horas às _____ horas	
Descanso Semanal _____	
Santa Maria da Feira, ____/____/____,	
O Presidente da Câmara Municipal,	

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

Aviso n.º 8867/2001 (2.ª série) — AP. — Revisão do Plano Director Municipal. — O Plano Director Municipal de São Pedro do Sul foi ratificado pelo Governo conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 13 de Outubro de 1995.

Impõem-se que tal instrumento de ordenamento e gestão do território de São Pedro do Sul seja adequado às condições económicas, sociais, culturais e ambientais que na realidade se verificam presentemente, decorridos que estão mais de 5 anos após a entrada em vigor daquele Plano Director Municipal.

Assim, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 98.º, n.º 2 do artigo 94.º, n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º e ainda n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º, todos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou a Câmara Municipal de São Pedro do Sul em sua reunião de 27 de Março de 2001, mandar rever o Plano Director Municipal, tendo presente a seguinte calendarização:

- Fase I — Publicitação e participação — Abril e Maio de 2001;
 Fase II — Elaboração — estudos de caracterização — Junho a Novembro de 2001;
 Fase III — Elaboração — proposta — Dezembro de 2001 a Julho de 2002;
 Fase IV — Participação — discussão pública e ponderação dos resultados — Junho a Agosto de 2002;
 Fase V — Elaboração da proposta final — Setembro de 2002;
 Fase VI — Aprovação, ratificação, registo e publicitação — Outubro de 2002 a Março de 2003.

Participação — nesta conformidade, é concedido um período de 30 dias, a contar da publicação no presente edital no *Diário da República*, para que todos os interessados possam prestar as informações que considerem úteis no âmbito deste processo e formular sugestões, nomeadamente, sobre os objectivos estratégicos que considerem que a revisão do PDM deve visar.

Estes contributos devem ser enviados à Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, no Gabinete de Revisão do Plano Director Municipal, sendo que serão avaliadas todas as reclamações ou sugestões que entretanto hajam sido feitas no decurso da 1.ª fase e que foi amplamente divulgada, podendo ainda todos os interessados pedir esclarecimentos e consultar o documento de fundamentação da revisão do Plano Director Municipal, que acompanhou a deliberação desta Câmara Municipal e que descreve os objectivos e metodologia a observar no processo.

As observações ou sugestões deverão ser apresentadas, por escrito, em documento devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal.

24 de Julho de 2001. — O Presidente da Câmara, *António Carlos Ferreira Rodrigues Figueiredo*.

Edital n.º 449/2001 (2.ª série) — AP. — Dr. António Carlos Figueiredo, presidente da Câmara Municipal do concelho de São Pedro do Sul:

Torna público que, em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal de 14 de Agosto de 2001, bem como da delibera-